

A invisibilidade dos realizadores negros na produção audiovisual em Natal/RN

The invisibility of black filmmakers in audiovisual production in Natal / RN

Sérgio Caetano dos SANTOS¹
Maria Aparecida Ramos da SILVA²

Resumo

A finalidade deste artigo é refletir sobre a inserção dos realizadores negros na produção audiovisual em Natal/RN. Nos últimos anos está havendo um aumento bastante significativo de produções, mostras e festivais audiovisuais na cidade, através de leis de incentivo, mostras cinematográficas e editais de fomento à arte e à cultura. No entanto, observa-se que as produções realizadas e os temas abordados circulam e se restringem entre uma camada de raça e classe de realizadores dessas produções – diretores e roteiristas – e que de forma quase nula contempla a realização por parte da população negra. Essa pesquisa é exploratória e descritiva, seguindo uma metodologia qualitativa, com a aplicação de questionários com realizadores negros e não negros, visando entender a percepção desses profissionais com relação ao papel dos negros na produção audiovisual potiguar.

Palavras-chave: Cinema. Produção audiovisual. Relações raciais. Racismo estrutural.

Abstract

The purpose of this article is to reflect on the inclusion of black filmmakers in audiovisual production in Natal / RN. In recent years, there has been a very significant increase in productions, exhibitions and audiovisual festivals in the city, through incentive laws, cinematographic exhibitions and public notices to promote art and culture. However, it is observed that the productions made and the topics covered circulate and are restricted between a layer of race and class of directors of these productions - directors and screenwriters - and that almost zero contemplates the realization by the black population. This research is exploratory and descriptive, following a qualitative methodology, with the application of questionnaires with black and non-black filmmakers, aiming to understand the perception of these professionals regarding the role of blacks in the audiovisual production of Rio Grande do Norte.

Keywords: Cinema. Audiovisual production. Race relations. Structural racism.

¹ Especializado em Produção de Documentários pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: sergiocaetano.com@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Curso de Especialização em Produção de Documentários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: cidaramoss@gmail.com

Introdução

O anúncio feito pela maior rede de televisão do país de que a série contando a vida e o assassinato da vereadora Marielle Franco ficaria sob a direção de José Padilha trouxe à tona o debate sobre a invisibilidade do cinema negro no audiovisual brasileiro. Em entrevista à Rede Brasil Atual, a roteirista Antonia Pellegrino explicou a escolha dele porque daria um alcance “de maior escala possível” para a série. E justificou a ausência de um diretor negro por não haver “um Spike Lee” brasileiro.³

Na realidade, essa escolha apenas traz à luz que a ausência de negros nesses espaços é histórica, em que mesmo o cinema negro brasileiro possuindo figuras importantes como Zózimo Bulbul e Joel Zito, eles não têm o mesmo holofote que os dramaturgos brancos. Assim, a invisibilidade dos negros no cinema não se manifesta apenas na ausência geral dos profissionais nas produções, mas também na importância dos cargos que ocupam. Esse caso é um exemplo do que ocorre no meio cinematográfico comercial brasileiro, contudo, isso se reproduz também em nível local e no cenário de produção audiovisual independente.

Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, algo muito particular vem acontecendo dentro da arte e da cultura da cidade: cada vez mais cresce o número de produções audiovisuais independentes na cidade. Curtas, médias e longas-metragens, documentários, vídeo clipes e web séries estão eclodindo pela cidade, vale ressaltar que chamamos de independentes as produções cinematográficas que não estão contidas nos grandes meios de circulação e produção econômicas.

Nesse cenário, algo muito particular também é notado, a quantidade mínima de realizadores negros e negras nessas produções audiovisuais. O que vai de encontro à citação de Orson Welles “O cinema não tem fronteiras nem limites. É um fluxo constante de sonho”. E, para além, Fernandes (2016) defende que: “O audiovisual é uma ferramenta de inclusão social e cultural, de exercício da cidadania e de manifestação da identidade nacional com toda a sua diversidade. Produções audiovisuais assumem um papel decisivo na cultura contemporânea”.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a invisibilidade dos realizadores negros na produção audiovisual da cidade de Natal/RN.

³ Ver em Mascari (2020).

E, por conseguinte, surgem certos questionamentos: enquanto realizadores, os negros e negras estão inseridos na cena do cinema potiguar? Os negros e negras que realizam filmes na cidade de Natal propõe temas em suas produções que estão ligados à questão racial? Existem dificuldades que esse grupo encontra para realizar cinema em Natal? Existe algum processo de seleção nos editais de arte e cultura que contemplem realizadores audiovisuais negros e negras?

Para atender a esses objetivos, esta pesquisa se deu de forma exploratória e descritiva. Para Gil (2002), a pesquisa científica é um procedimento racional e sistematizado que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos. Desse modo, o autor acredita que a pesquisa é desenvolvida quando não há informações suficientes sobre determinado fenômeno, sendo necessário ampliar o conhecimento. A metodologia utilizada foi a qualitativa, cujo foco principal é na exploração de um conjunto de opiniões e representações sociais acerca do assunto que se pretende investigar (MINAYO, 2001). Conforme Richardson (2010), a pesquisa qualitativa é uma tentativa de compreender detalhadamente os significados e características apresentados pelo entrevistado em determinada situação.

Para isso, foi aplicado questionário com perguntas abertas, em que, no total, foram entrevistadas 13 pessoas, tendo suas principais funções hierárquicas dentro do cinema na direção e/ou roteirização, sendo assim classificadas: cinco mulheres, sendo duas negras e três não negras; oito homens, sendo sete negros e um não negro. Assim, a finalidade deste artigo é refletir sobre o processo de invisibilização dos realizadores negros e negras na capital potiguar. Longe de esgotar o assunto, o que se faz interessante é abrir uma discussão sobre a quantidade de produções audiovisuais na cidade ser tão pequena entre a população negra se comparada a população não negra de realizadores das obras audiovisuais.

O negro no audiovisual e a diversidade de raça

É notório que a presença da população negra no cinema brasileiro é minoritária e continua sendo tratada como minoria. Além disso, ao longo da história do cinema e das produções audiovisuais, a população negra sempre foi retratada por meio de estereótipos, dos mais pejorativos possíveis: “o negro na televisão é representado através de estereótipos negativos: a cultura negra é vista como folclore, o negro é

mostrado como elemento de diversão para os brancos e também apresentado como pobre e favelado nos noticiários”, ensina o pesquisador e cineasta Joel Zito Araújo (2000, p. 54).

Para Spivak (2010, p. 57), essa questão reflete significativamente de forma tendenciosa, já que a população negra e sua representatividade cinematográfica quando é conduzida pelas mãos de uma parcela pequena de brancos, com poder audiovisual, continuará sempre majoritariamente sendo representada como um segmento indesejável e dentro dos estereótipos da subalternidade, visto que “o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo”.

De acordo com Hall (2016, p. 190), “os estereótipos são capazes de reduzir as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza”. O autor defende que as características que configuram os estereótipos são “vivas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” (HALL, 2016, p. 191).

Na sociedade brasileira, bem como nas obras audiovisuais, a população negra sempre foi retratada a partir da visão de mundo de pessoas brancas, tornando o negro, sua cultura e seu modo de vida de forma estereotipada e subalterna (ARAÚJO, 2006). Ao conceituar os termos, Spivak (2010, p 7) explica que são “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Essa lógica se repete em diversos tipos de obras ficcionais. E é inegável que as principais funções criativas dentro do cinema são ocupadas por um grupo em sua quase totalidade formado por homens brancos, como vemos nos dados resultantes da pesquisa feita pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE), em 2018. O estudo feito teve como base 142 longas-metragens nacionais lançados em 2016, nas salas comerciais de exibição, nele 75,4% dos longas foram dirigidos por homens brancos, 19,7% dirigidos por mulheres brancas e apenas 2,1% dos filmes foram dirigidos por homens negros.

Essa informação faz refletir sobre a importância da implementação de políticas públicas afirmativas mais contundentes, criação de espaços de produção de imagem audiovisual que possibilite o acesso da população negra no que consiste realizar obras audiovisuais, bem como realizar editais que priorizem os cineastas negros e negras e com aporte financeiro justo para o que se pede numa obra audiovisual.

Segundo a pesquisa da Ancine (2018), das obras que foram incentivadas por recursos públicos geridos pela agência, em 2016, 100% foram dirigidas por pessoas brancas, ao passo que 98% foram roteirizadas por brancos. Isso demonstra a necessidade de políticas públicas afirmativas visando integrar e incentivar os realizadores negros e negras na produção audiovisual.

No tocante à realidade local, Coelho (2020), realizou uma ampla pesquisa acerca da cartografia do audiovisual potiguar, mostrando que, em relação aos municípios onde a produção ocorreu, nota-se uma grande concentração na capital, em 68,5% foram produzidas em Natal e, quando somados à região metropolitana, ultrapassam os 80%. Quanto à tipologia, a maioria se enquadra como ficção, seguida de documentário, experimentais e outros.

No que diz respeito à diversidade racial, a pesquisa de Coelho (2020, p. 47) mostrou que os diretores brancos são majoritários (49%), seguidos de pardos (32%), pretos (13%), amarelos (2%), havendo ainda não declarados (2%) e outros (2%). Com base nessas duas pesquisas, observa-se que o mercado cinematográfico brasileiro é, em sua totalidade, protagonizado por pessoas brancas e que o conteúdo exibido no cinema tem sido contado na sua grande totalidade, a partir do olhar e ponto de vista desses indivíduos.

Políticas públicas e ações afirmativas no audiovisual

Na atualidade, conforme Scaff (2015) e Coelho (2016), há ausência de políticas públicas voltadas para a cultura de forma estruturada, com sérias dificuldades de incentivos e subsídios ao segmento pelo Estado. Pinheiro et al. (2018, p. 28) defendem que, até tempos recentes, era “possível observar que as políticas públicas para o audiovisual no Brasil compõem várias ações de fomento e de intervenção, embasadas nos objetivos de impulsionar a economia e suprir falhas de mercado”.

Nacionalmente, essas políticas estavam inseridas na esfera pública brasileira no âmbito do Ministério da Cultura, que possuía uma secretaria específica, um Conselho Superior do Cinema e a Ancine, em que, segundo Pinheiro et al. (2018, p. 26), “Todos estes órgãos atuam de forma direta e indireta nas políticas de fomento e regulação das atividades de audiovisual”. No entanto, Cruz e Silva (2020) salientam que, em 2019, o Governo Federal extinguiu esse ministério e a Ancine foi vinculada ao Ministério da

Cidadania, ocasionando uma fratura do setor cultural e, conseqüentemente, no segmento audiovisual.

Até então, algumas ações afirmativas visando incentivar a participação de realizadores negros e negras na produção audiovisual vinham ocorrendo no país. Entre 2012 e 2014, a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura lançou o Edital de Apoio para Curta-Metragem - Curta Afirmativo: Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual, sendo pioneiro na inclusão de obras audiovisuais que contemplassem a população negra, no que compete à questão da linha de frente das produções audiovisuais, direção e roteiro.

Definido como “uma ação afirmativa” pelo Estatuto da Igualdade Racial, esses editais chegaram para iniciar uma correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. É por meio também dos editais que as pessoas negras podem obter acesso aos meios indispensáveis para a produção de representações próprias e das memórias ancestrais que, ou não são contadas e quando são contadas, sempre são pela ótica de pessoas não negras, imprimindo o que Araújo (2006) chamou de “A persistência da branquitude como padrão estético visual”. Isso é percebido na moda, na publicidade e na televisão brasileiras, por exemplo, que valorizam a estética branca e excluem os negros (CORRÊA, 1996; ARAÚJO, 2006).

Dificuldade de acesso a incentivos culturais

Atualmente, as leis de incentivos e editais existentes no RN não são suficientes para atender à demanda em todos os segmentos culturais, inclusive no campo do audiovisual. No RN, levantamento feito por Cruz e Silva (2020) revela que, entre 2014 a 2019, foram lançados cinco editais, sendo quatro pela Prefeitura de Natal e um pelo Governo do Estado. Porém, nenhum desses trazia um incentivo direcionado para a participação dos negros e negras realizadores. Sobre a insípida destinação de recursos através de incentivos culturais para a realização de obras audiovisuais em Natal, as respostas foram muito similares. O entrevistado 1 disse sobre o assunto que:

Em Natal, os poucos editais que existem são precarizados, um dos fatores que provocam a não visibilidade das potências que existem e resistem bravamente, realizando obras cinematográficas com pouco dinheiro, dando o máximo de si para realizar. A atual pasta do audiovisual da cidade, como outras passadas, não são geridas por

profissionais especialistas no setor, conseqüentemente temos de forma não tão elaboradas as estruturas de editais. [...] os valores destinados aos incentivos não são compatíveis com a realidade do mercado, o que dificulta realizar de forma honesta as obras cinematográficas.

Percebe-se que a falta de preparo por parte das pessoas que estão à frente dos processos de realização dos editais vem deixando a desejar num dos fatores primordiais para a feitura das obras audiovisuais, estabelecendo valores bem abaixo do necessário para realizações, o que acaba forçando os realizadores a adotarem uma prática chamada de “cinema de guerrilha”, que consiste em reunir uma equipe para trabalhar no projeto muitas vezes sem receber por sua qualidade e capacidade técnica.

Essa falta de recursos e gestão não compatível com o mínimo de capacidade técnica para gerir um órgão que, em suma, deveria priorizar de forma coerente os editais que buscam fomentar a produção das obras audiovisuais também foi tema da fala do entrevistado 5:

A maior dificuldade em fazer cinema em Natal, é a falta de incentivo público e privado, o cinema é uma arte cara, sem dúvidas tudo nele é caro, equipamento, mão de obra qualificada, o tempo de produção e de 2013 pra cá vimos nascer e morrer uma política de incentivo para cinema na cidade de Natal, o Governo e a Prefeitura de forma muito tímida, após anos de diálogo e gestões não especializadas lançam editais simples, distante de valores praticáveis para uma indústria, mercado e até mesmo uma cena audiovisual. A falta de incentivo e da compreensão de potência do cinema, por parte do poder público destrói qualquer perspectiva para que uma indústria criativa cresça ou se estabeleça, o que chega a ser um paradoxo, já que campanhas políticas tem valores exorbitantes e o grande produto delas é justamente o aparato audiovisual.

O depoimento indica que a falta de priorização dos órgãos governamentais e setores da iniciativa privada em fazer o mínimo possível para investimento em um material audiovisual de qualidade e com os recursos necessários à disposição. Sobre a complicação que é produzir obras audiovisuais com pouco fomento dos órgãos apoiadores, a entrevistada 4 afirmou:

Só dispomos de editais a nível municipal e estadual com valores baixíssimos e poucos fomentos de apoio, como o edital privado do Sebrae/RN e a possibilidade de captação via leis de incentivo, que são bastante complicadas em se tratando de obras audiovisuais.

Os outros entrevistados também destacaram essa mesma dificuldade quando se trata da dependência de editais privados e públicos. Isso traz uma visão ampla e significativa de que os aparatos públicos e privados que deveriam ser o alicerce financeiro para que haja uma quantidade de realizações de obras audiovisuais, não contribuem de forma coerente com a demanda que o cinema necessita, seja por gestão ineficiente ou por uma não continuidade assídua nos editais, isto é, pela falta de aplicação dos valores necessários para o fazer cinema.

Dentro desse aparato de editais, constatou que existe uma posição excludente por parte dos órgãos que têm a gestão desses editais para com realizadores negros e negras e obras que versam sobre questões de cunho racial. A entrevistada 8 destaca que:

Um outro problema é que na grande maioria dos editais locais, um dos pontos mais relevantes diz respeito ao currículo do proponente. Ou seja, sempre estará na frente quem já tem obras produzidas. E se, historicamente, quem tem mais oportunidades de acesso são pessoas cisgêneras, brancas e com privilégios de classe, dá para ver como os editais reproduzem uma lógica excludente.

Esse é um padrão pré-estabelecido de quem tem e quem não tem a prioridade nas oportunidades de trabalho no que se refere à raça, conseqüentemente isso se replica nas cidades. Na visão da entrevistada 9, essa exclusão por parte dos setores privados e órgãos públicos existe sim e há de se questionar e invocar mudanças, tais como aplicações de cotas para a população negra nos aparatos dos editais:

É notório o desinteresse das gestões governamentais em aplicar uma política pública voltada a nossa integração como negros e negras, no mercado audiovisual local. Aqui, em Natal, tudo é planejado em meritocracia, no sentido de quem articula “o melhor” projeto, é apto a aprovação dos editais. E como já explicitado, essa competição é totalmente desnivelada.

Segundo ela, isso ocorre pois, historicamente, essa população não têm os mesmos acessos (em relação à classe, cor, gênero e sexualidade), as narrativas não deveriam permanecer igualadas numa mesma seleção “opressora e intolerante”. Para a entrevistada, deveriam existir cotas para profissionais negros no setor.

A percepção sobre a visibilidade dos realizadores negros na cena do cinema potiguar

Todo esse cenário tratado nos tópicos anteriores reflete diretamente na quantidade de realizadores negros e negras na cidade de Natal, mostrando que os números da pesquisa realizada pela Ancine (2018), também se revelam localmente. Isso pode ser confirmado nos depoimentos dos entrevistados para este artigo. O entrevistado 1 diz:

Os negros e negras representam a minoria entre os realizadores da cidade. Para quem conhece a cidade, bem sabemos que a maioria dos realizadores são pessoas brancas, justamente os que acessaram ensino de qualidade e tem acesso as tecnologias necessárias para fazer a arte.

O entrevistado 2 ressalta que “Quase não conhece nenhum realizador negro e negra. A maioria negra trabalha na fotografia, elenco, assistente de produção maquinaria etc.”. Segundo o entrevistado 3, “Se por realizadores você define quem dirige, então só tomei conhecimento bem recente, do pessoal do coletivo Mulungu Audiovisual”. Já o entrevistado 5, quando perguntado sobre a quantidade de realizadores negros e negras que conhece em Natal, disse: “Olha conheço alguns, se a gente pensa em um recorte de obra audiovisual de realizador negro, sendo apenas o diretor ou diretora preta, eu consigo listar uns em processo e outros finalizados, mas não chegariam a dez”.

Candido, Daflon e Feres Jr. (2015, p. 6) salientam que as funções de diretor e roteirista possuem importância fundamental por ser uma fonte privilegiada de produção de representações sobre os mais diversos grupos e que realizadores negros costumam evidenciar que “a ausência de minorias nessas funções contribui para perpetuar imagens e arquétipos que reduzem os grupos sociais a estereótipos e produz um efeito de circularidade de pontos de vista monolíticos”.

Dessa maneira, percebe-se que há uma constante trazida pelos entrevistados que a quantidade é bastante pequena de realizadores negros e negras na cidade, como disse o entrevistado 6: “Conheço poucos. Acho que a quantidade ainda é pequena quando se faz um comparativo da quantidade de obras realizadas na cidade”. O entrevistado 7 diz: “Conheço dois filmes do mesmo diretor, um número muito pouco, deveria haver mais”. Essa falta da representatividade e desigualdade também foi abordada pela entrevistada

8: “Ter citado cerca de 10 pessoas, para mim reflete a desigualdade de representatividade negra no audiovisual local em circuitos legitimados de produção”.

Conforme a entrevistada 9, existe a questão histórica de privilégios entre brancos e negros ao trazer a seguinte fala: “A quantidade de profissionais que mencionei é ínfima diante dos tantos exemplares de profissionais brancos atuantes no mercado”. Esse depoimento remete à Darcy Ribeiro (1995, p 220), em *O Povo Brasileiro*, quando ensina que “a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional”.

Analisando as respostas dadas, quando questionados sobre a quantidade de pessoas negras que os entrevistados conheciam no mercado local e sobre as políticas e práticas dos editais da cidade, mostra que todos os entrevistados concordam que existe um aparato excludente e que há também uma diferença grande acerca do número de negros e negras em comparação a brancos e brancas que realizam obras audiovisuais em Natal. A entrevistada 9 salienta:

Interpreto isso, obviamente, como reflexos dos racismos estrutural e institucional, dos quais somos vítimas. Estrutural porque o acesso ao conhecimento acadêmico é distante da realidade dos povos racializados do Rio Grande do Norte. Já o racismo institucional se manifesta na perpetuação de um histórico silenciamento aos nossos corpos – nos violando, reproduzindo narrativas gastas e folclóricas de representações pretas inexistentes ou simplesmente na nossa anulação, como se não existíssemos. Diante dessas reflexões acho pertinente mencionar a dificuldade específica das mulheres negras no audiovisual local. Não há políticas públicas que abracem a diversidade de nossas existências.

O depoimento colocado traz sua vivência e ponto de vista sobre o porquê da baixa quantidade de negros e negras na ceieira de realizadores audiovisuais na cidade. Isso configura o que as pesquisas da Ancine (2018) e Coelho (2020) revelaram, incluindo aí a não aparição das mulheres negras como realizadoras. Segundo os entrevistados, apenas duas mulheres negras conseguiram realizar obras audiovisuais na capital potiguar, desde que se tem relatos das obras audiovisuais na cidade, um dado bastante preocupante de se constatar.

O entrevistado 1 salienta que percebe “uma relação de desigualdade e não preocupação com as políticas públicas e ações afirmativas. O cinema negro ainda não é pauta de discussões nas atividades que pertencem ao audiovisual em Natal/RN”. Os

aparatos públicos não formularam nenhum tipo de ação afirmativa nem de políticas públicas para que essa desigualdade, mencionada pelo entrevistado 1, comece a sofrer uma mudança na cidade. Para o entrevistado 2, o acesso ao audiovisual precisa chegar a todas as pessoas e em todos os lugares, “principalmente nas periferias onde se encontra a maior parcela de pessoas negras”. Conforme o entrevistado 3: “A pouca incidência de realizadores negros e negras em atividade no cinema potiguar é um reflexo do racismo que predomina”. O entrevistado 5 também é categórico em afirmar a questão do racismo quando ele diz:

O ponto é um só, um país escravocrata como o Brasil, deixou ranços profundos, e a falta por anos de uma política de inserção do negro em outros setores, fez um abismo sociorracial crescer absurdamente. Isso aliado ao cinema ser uma arte cara, profundamente elitista distanciou por anos setores da sociedade menos privilegiados.

O entrevistado 6 também nos traz a percepção de haver uma segregação ao afirmar que: “Acho que isso acontece porque o audiovisual ainda segrega muito. Ainda é visto como uma realidade distante para muitos que estão fora e para quem já está dentro ainda é difícil se manter no mercado e ser convidado para projetos”. O entrevistado 7 diz que “Pouca oportunidade é dada, pois o mercado sempre se mostrou dominado pela classe social predominantemente branca”.

Portanto, a maioria dos realizadores responderam dentro de uma mesma ótica que o fato da baixa quantidade de pessoas negras realizadoras de obras audiovisuais está amparada pelo racismo estrutural e institucional que se perpetua desde sempre. As consequências dessa questão, conforme Rosemberg (1985), é que, ao ser monopólio de um grupo, a produção cultural tende a espelhar as características e visão de mundo das pessoas desse grupo, tal como propõe o conceito de “branquidade normativa”.

A produção audiovisual e sua relação com a questão racial

Dentro dessa perspectiva, os realizadores e realizadoras também foram questionados se costumam produzir em suas obras audiovisuais temas e/ou narrativas sobre a questão racial. Essa abordagem no questionário para saber se existia uma preocupação e uma consciência por parte dos realizadores negros e negras a respeito deles terem a oportunidade e o poder para contar histórias que retratem seus lugares de

fala, partindo de realidades que não sejam mais a dos estereótipos da branquitude perante os negros.

De todos os entrevistados, somente um disse que não realizou nenhuma obra que tenha relação com a questão racial. Os demais se posicionaram de forma afirmativa e com unanimidade foram categóricos em dizer da importância de se realizar trabalhos audiovisuais que tragam à tona as questões raciais e de grupos excluídos. O entrevistado 1 disse:

Todas as obras que realizo são motivadas pelo que sou, no que vejo no meu semelhante, pelo que somos, sou negro. Proponho, mas não me limito a pauta racial, é preciso que se tenha o entendimento que podemos ocupar qualquer espaço, que sejamos protagonistas de nossas narrativas e prevaleça o pertencimento de ser negro e negra nas nossas elaborações.

O entrevistado 2 alargou os grupos excluídos e falou sobre quais temas ele costuma abordar nas suas realizações: “Meu olhar é sempre a periferia e seus arredores. Racismo, misoginia, homofobia e desigualdade social serão pautas que sempre me acompanharão em meus filmes”. O entrevistado 3 nos traz um olhar de que sua consciência para o tema a que ele mesmo sempre esteve inserido veio tardiamente:

Agora sim eu proponho temas ligados à questão racial, pois que a consciência da minha negritude veio tardiamente, quando eu já tinha quase 40 anos. Há de se enaltecer a força das personagens negras na construção de nossa sociedade em todos os aspectos sejam sociais, econômicos, científicos e por aí vai.

A fala mostra a conscientização tardia de sua negritude e, conforme Munanga (2009, p. 12), esse conceito está estruturado na “ocorrência desumana das tentativas de aniquilar a cultura africana e afrodescendente ou mesmo no fato de considerá-las inexistentes”.

O entrevistado 5 realçou a importância de se contar a história dos povos do território brasileiro: “Estes temas são importantes para mim, eu acredito em um cinema que conte a nossa história, a história do povo brasileiro e das infinitas nações que construíram esse país, com seus costumes e lendas”. Essa visão corrobora com Hall (1997, p. 10) de que os atores sociais utilizam “sistemas conceituais de sua cultura e os sistemas de representação linguísticas e outros para construir significado, para tornar o mundo significativo e de comunicar sobre esse mundo significativamente para os outros”.

O entrevistado 6 lamenta não ter tido a oportunidade de realizar um filme com questões raciais e justifica que as instituições selecionadoras dos editais ainda repetem a segregação para temas desse porte: “Tenho projetos que falam sobre questões raciais, mas infelizmente nunca consegui aprovação em editais para eles”. Sobre o controle sobre a narrativa apresentada nos produtos audiovisuais, Shohat e Stam (2006, p. 270), discorrem que

A questão crucial em torno dos estereótipos e distorções está relacionada ao fato de que grupos historicamente marginalizados não têm controle sobre sua própria representação. A compreensão profunda desse processo exige uma análise abrangente das instituições que criam e distribuem textos midiáticos, assim como de suas plateias.

Isso significa que muitas vezes os realizadores pretendem contar suas próprias narrativas, a partir de seu olhar e singularidade, no entanto, as próprias instituições selecionam essas histórias a ser contadas. Para os autores, isso faz com que continuem existindo estereótipos e distorções sobre a imagem dos negros nas narrativas cinematográficas.

A entrevistada 9 traz uma fala muito impactante para que cada vez mais os realizadores e realizadoras negras entendam a importância de dar vazão as suas narrativas com honestidade e sobretudo com propriedade de fala e representatividade. Quando perguntada por que, como realizadora negra, é importante propor temas ligados às questões raciais, ela responde:

Acredito que é uma responsabilidade das comunidades negras e indígenas propor novas histórias audiovisuais, que realmente sejam representativas para os povos, honestas em sua linguagem e sensíveis no seu fazer. Não encontraremos nunca em produções brancas, masculinas e elitistas. Por isso, racializo as minhas histórias.

Para Araújo (2006), quando se discute um Cinema Negro, busca-se uma afirmação de identidade negra, visando a compreensão de que a realidade social é racista, que nega os elementos de valorização identitários enquanto negros, tanto do ponto de vista estético como cultural.

Considerações finais

Este artigo buscou refletir sobre a inserção dos realizadores negros e negras na produção audiovisual da cidade de Natal/RN. Percebeu-se que os aparatos legais que viabilizam as produções audiovisuais, os editais públicos e privados, na atualidade, não

dispõem de nenhuma política pública de cotas raciais, nem ações afirmativas que busquem no mínimo diminuir essa desigualdade. Para os realizadores entrevistados, não existe equidade e, diante disso, alguns se organizam em coletivos, como o Mulungu Audiovisual, primeiro coletivo de cinema negro do estado, para que cada vez mais despontem nas realizações de obras audiovisuais.

A pesquisa também mostrou que a lógica de funcionamento nas realizações de obras audiovisuais na cidade de Natal prioriza os brancos, na maioria dos cargos de trabalho como diretores e roteiristas. Para os entrevistados, a pouca quantidade dos negros e negras nesse mercado está ocupando cargos como maquinista, motoristas, técnico de som, assistente de produção, raramente como roteiristas, diretores e diretoras, somente papéis de subalternidade e obediência. Nessas ocupações de não chefia, é que os negros e negras estariam aptos nas realizações de obras audiovisuais, criando uma lógica de invisibilidade.

Referências

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. **Diversidade de gênero e raça nos longas-metragens brasileiros lançados em salas de exibição 2016**. Brasília: Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual: 2018

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo: a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. In: **Revista USP**, n. 69, 2006.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo, Editora Senac, 2000.

CANDIDO, Marcia Rangel; DAFLON, Veronica Toste; FERES JR., João. Cor e gênero no cinema comercial brasileiro: uma análise quantitativa do âmbito da produção e da caracterização dos personagens negros e mulheres. Encontro Anual da Anpocs, 39, 2015. In: **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2015.

COELHO, Diana Xavier. Políticas públicas voltadas à produção audiovisual no Rio Grande do Norte: relato do edital Cine Natal (2013/2014). In: CRUZ, Adriano; CRUZ, Dênia; ROCHA, Ruy. **Claquete potiguar**: experiências audiovisuais no RN. Natal: Editora Tribo, 2016. p. 35-53.

COELHO, Diana. Discutindo a produção e circulação de curtas e médias-metragens no Rio Grande do Norte (2010 – 2018). In: CRUZ, Adriano; RAMOS, Cida; CRUZ, Dênia (Orgs.). **Claquete potiguar 2**: histórias e processos do audiovisual no Rio Grande do Norte. Porto Alegre: Casalettras, 2020. p. 26-37.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In: **Cadernos Pagu**, v. 6/7, p. 35-50, 1996.

CRUZ, Adriano Charles Silva; SILVA, Maria Aparecida Ramos da. Processos colaborativos de produção audiovisual: estudo de caso de curso de especialização em Natal/RN. In: CRUZ, Adriano; RAMOS, Cida; CRUZ, Dênia (Orgs.). **Claquete potiguar 2: histórias e processos do audiovisual no Rio Grande do Norte**. Porto Alegre: Casalettras, 2020. p. 69-81

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.

HALL, S. El trabajo de la representación. In: HALL, Stuart (Ed.). **Representation: Cultural Representations and signifying practice**. London: Sage Publications, 1997.

MASCARI, F. Discussão sobre ‘Spike Lee brasileiro’ revela invisibilidade negra no cinema nacional. **Rede Brasil Atual**, 15 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2020/03/discussao-sobre-spike-lee-brasileiro-revela-invisibilidade-negra-no-cinema-nacional/>>. Acesso em 15 abr. 2020.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

PINHEIRO, Cristiano et al. Análise das políticas públicas do setor audiovisual brasileiro. In: **Temática**, ano XIV, n. 9, set. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSEMBERG, Fulvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global, 1985.

SCKAFF, Dênia de Fátima Cruz. **O cinema independente potiguar de 2010 a 2014**. 2015. 47 f. Monografia (Especialização em Cinema) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Minas Gerais, Editora UFMG, 2010.